

Consulta Pública do Plano de Descarbonização do Paraná vai até 20 de setembro

10/09/2025

Planejamento

A consulta pública do Plano de Descarbonização da Economia Paranaense (Pedep) termina no próximo dia 20 de setembro. Desenvolvido pelo Governo do Estado, o plano busca promover um desenvolvimento equilibrado, inclusivo e sustentável. O foco está na transição para uma economia de baixo carbono, alinhada com os compromissos climáticos assumidos em âmbito nacional e internacional.

Para participar, os interessados devem preencher o formulário na página <https://fundacaosfa.org.br/pedep>, ou pelo e-mail pedep@fundacaosfa.org.br. O Pedep é destinado a gestores públicos, empresas do setor privado, técnicos e pesquisadores, Organizações Não Governamentais (ONGs), educadores e sociedade civil.

“A participação popular é um momento muito importante nas políticas públicas. Por isso, fazemos questão de lembrar a sociedade civil que a consulta pública do Plano de Descarbonização da Economia Paranaense fica aberta por mais dez dias, até 20 de setembro. É a população participando da consolidação do Paraná como referência em economia verde e desenvolvimento sustentável”, afirmou o secretário estadual do Planejamento, Ulisses Maia.

“Estamos a 10 dias do fim da consulta pública do Plano de Descarbonização. Convido todos a participar deste esforço coletivo que garantirá ao Paraná um futuro verde, próspero e sustentável, unindo ciência, sociedade e compromisso com o meio ambiente”, disse o secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável, Rafael Greca.

O plano tem como foco a transparência, participação da sociedade e cumprimento das normas climáticas. É uma iniciativa para reduzir emissões de gases de efeito estufa, impulsionar a inovação e gerar oportunidades para todos os setores da sociedade.

- **Paraná recebe conferência sobre desafios do setor energético e cenários do mercado**

DESENVOLVIMENTO – O Pedep é resultado de um desenvolvimento que teve início em 2012 com a Política Estadual Sobre Mudança do Clima (Lei nº 17.133/2012). Em 2021, o Estado assinou sua aderência às campanhas internacionais Race to Zero e Race to Resilience, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Finalmente em 2023, foi lançado o Plano de Ação Climática do Paraná (PAC-PR 2024-2050), ao qual o Pedep foi integrado.

A elaboração do Pedep seguiu uma abordagem metodológica estruturada em múltiplas etapas técnicas e analíticas. A divisão setorial do plano se deu de acordo com os seguintes setores: agricultura, florestas e outros usos da terra (da sigla em inglês Afolu); processos industriais e uso de produtos (da sigla em inglês IPPU); energia; transportes; e resíduos.

O Plano é elaborado por um grupo de trabalho composto por representantes das secretarias estaduais do Desenvolvimento Sustentável, do Planejamento; Agricultura e Abastecimento; Fazenda; Administração e da Previdência; da Indústria, Comércio e Serviços; Instituto Água e Terra; Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar); e Invest Paraná. O contrato é gerido pelo Serviço Social Autônomo Paraná Projetos (Paraná Projetos).

O projeto iniciou em junho de 2024. A primeira versão do documento foi entregue em julho de 2025. A versão final com as contribuições pertinentes está prevista para 30 de setembro de 2025. Após a finalização, ele será entregue à Sedest, que vai coordenar e executar a sua implantação.

- **Produção mineral do Paraná bate recordes e alcança R\$ 2,65 bilhões, aponta informe do IAT**

PLANO – O Pedep está consolidado em um robusto estudo com 161 páginas e disponível **no site** para download. Ele materializa uma estratégia técnica, política e institucional em direção à neutralidade de carbono no Estado até 2050. Está estruturado com base em análises setoriais aprofundadas, modelagem de cenários prospectivos e aplicação de avaliações multicritério.

A iniciativa articula metas ambiciosas com ações de descarbonização, respeitando a realidade socioeconômica e territorial do Paraná. A abordagem do plano identificou 61 medidas prioritárias de mitigação distribuídas entre os principais setores responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa no

Estado, como: AFOLU, Energia, Transportes, IPPU e Resíduos.

- **Estado e Banco Mundial avançam na estruturação do Programa de Segurança Hídrica**

Cada medida de descarbonização foi avaliada quanto ao seu potencial de abatimento, custo marginal, maturidade tecnológica, impactos socioambientais e alinhamento com políticas públicas vigentes. Como resultado, o Pedep projeta a diminuição de emissões até 2050, com destaque para o papel estratégico do setor AFOLU que, embora concentre parte significativa das emissões líquidas do Estado, apresenta elevado potencial de compensação e reforça a viabilidade de se alcançar um Estado carbono-neutro.